



Para Delfim, o governo preferiu política branda

Da sucursal de
BRASILIA

O ministro do Planejamento, Delfim Netto, disse ontem, ao comentar as medidas adotadas pelo governo para ajustar a economia à crise externa, que "a desindexação é uma sugestão aparentemente muito simpática", mas, ao mesmo tempo, "uma coisa extremamente complexa", afirmando que, numa "economia totalmente amarrada como a brasileira, os riscos de uma desindexação são extremamente graves". Delfim admitiu, ainda, que a inflação vai cair, mas não nos níveis desejados pelo governo, porque "a política salarial não está ajustada à redução da demanda".

Por essa razão, segundo o ministro, é que o governo preferiu "uma política mais tranqüila de redução da inflação do que uma política dramática". Ele admitiu que o "pacote" econômico "terá uma eficácia menor, em termos da velocidade que teria se tivéssemos caminhado na direção de uma política salarial mais ajustada, uma política que trabalhasse não com uma inflação passada, mas com a futura, que permitiria uma redução mais drástica e mais rápida da inflação".

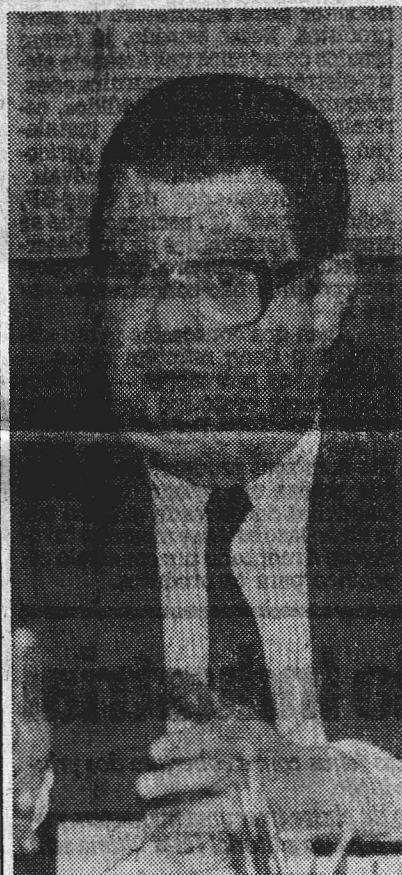
Ocorre porém — salientou o ministro — que o governo tem escolhido "um caminho mais tranqüilo para realizar suas tarefas, uma diretriz que se ajusta ao objetivo básico do presidente que é o de caminhar seguramente na direção da abertura política, de não criar nenhum impedimento que possa vir a representar uma perturbação no processo político".

Delfim anunciou que, desse modo, "vamos caminhar na direção de uma redução da taxa de inflação, de forma paulatina, mas segura". Para alcançar esse objetivo, o ministro considerou as medidas de ontem "suficientes e eficazes", ainda que possa comportar algum sacrifício, "que valerá a pena, uma vez que, em alguns meses, vamos começar a verificar os resultados dessa política".

CONTA-PETRÓLEO

Com o reajuste de 44,3% no preço da gasolina, que passou de Cr\$ 210 para Cr\$ 303 o litro, o ministro do Planejamento assegurou que foi eliminada a conta-petróleo, resultante do diferencial entre o dólar utilizado pela Petrobrás para pagar o petróleo importado e o dólar efetivo no câmbio oficial. Segundo Delfim, "mudou-se a sistemática, e a Petrobrás está operando hoje com preços internacionais ao câmbio do dia. O preço do petróleo nacional está sendo cobrado ao preço do importado, que é o preço do mercado".

Ele defendeu essa solução, afirmando que a Petrobrás precisa de recursos para prosseguir no seu programa de investimentos. No caso da retirada dos subsídios do trigo, Delfim disse que "faremos a coisa com um pouquinho mais de cuidado", embora considere importante saber que "hoje estamos cobrando um terço do valor do trigo". A expectativa é de que os subsídios ao trigo serão retirados de forma gradual, "porque o efeito sobre o preço do pão e das massas será maior".



'Eficácia será menor'

QUEDA NAS ESTATAIS

Delfim anunciou que na próxima segunda-feira será divulgado o orçamento das empresas estatais, que prevê uma queda no nível de investimentos da ordem de 25% em termos reais, ou seja, descontando a inflação, enquanto as despesas globais cairão cerca de 3%, também em termos nominais.

O ministro classificou como "a grande novidade a redução nas despesas de custeio das empresas do governo", afirmando que elas estão compensando essa queda mediante o aumento dos seus índices de produtividade.

O FMI E O 'PACOTE'

Delfim considerou "uma grande tolice" admitir que as medidas ontem adotadas pelo governo o foram por pressão do Fundo Monetário Internacional — FMI — afirmando que no tipo de arranjo que

hoje temos com o Fundo, que é o de facilidades estendidas, o próprio programa impõe um crescimento. Para ele, "o maior absurdo seria imaginar que um clube criado pelos países para resolver os seus problemas fosse impor ao País alguma coisa que representasse uma diminuição do seu crescimento, uma ampliação do desemprego ou uma queda dramática do salário real".

Para Delfim, "o FMI apenas analisa o programa dos governos, concorde ou não com eles. E, quando concorda, não ajuda; quando não concorda, não ajuda". Segundo o ministro, o caso brasileiro é de inflação provocada pelo déficit do setor público, e o que se recomenda é um corte do déficit público, para obter-se uma correção mais rápida da inflação.

MORATÓRIA

Comentando o pronunciamento do senador Roberto Campos, na última quarta-feira, quando sugeriu uma moratória negociada, o ministro do Planejamento afirmou que "nós estamos negociando todos os dias: a moratória negociada é mais uma questão de semântica. Vamos continuar nessa nossa linha, continuaremos a negociar todos os dias".

Ele considerou "absolutamente correta" a colocação do senador do PDS de que não é possível fixar o salário real simplesmente estabelecendo salários nominais. "Se isso fosse possível, não existiria nenhum problema. A semestralidade, no fundo, é uma tentativa de aumento do salário real. Simplesmente ela produz uma aceleração na inflação, que ocorre exatamente para corrigir a tentativa de ampliar o salário real".

PROBLEMAS

Ao chegar para a reunião do Conselho Monetário Nacional, o ministro do Planejamento refutou as críticas dos empresários quanto à validade do "pacote" e à sua ineficácia para solucionar a crise econômica do País. "Vamos esperar para ver se é inócuo mesmo" — disse o ministro.

Delfim Netto fez questão de ressaltar a importância de que as pessoas compreendam que o Brasil tem dois problemas diferentes: "Temos um problema de longo prazo, que é o de ajustamento de nossa economia à situação em que o mundo se encontra, situação talvez criada a partir de 1974. E temos um problema de curto prazo, onde se insere o combate radical à inflação, iniciado com a decisão de reduzir o déficit público".

Acrescentou o ministro do Planejamento que as medidas adotadas pelo governo formam "um conjunto harmônico, bem arrumado, que deverá produzir resultados".